



*U. U.*



# REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DA FREGUESIA DE OURENTÃ



*W. S. A. R.*  
*W. S. A. R.*

## PREÂMBULO

A Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, aprovou o regime das taxas das Autarquias Locais e determina que o regulamento de taxas tem obrigatoriamente que conter, sob pena de nulidade, os seguintes elementos:

- a) a indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
- b) o valor ou fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) a fundamentação económico financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) as isenções e a sua fundamentação;
- e) o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) a admissibilidade do pagamento a prestações.

De acordo com o estabelecido pelo Artigo 17.º :

*«As taxas para as autarquias locais actualmente existentes são revogadas no início do segundo ano financeiro subsequente à entrada em vigor da presente lei, salvo se, até esta data:*

- a) Os regulamentos vigentes forem conformes ao regime jurídico aqui disposto;*
- b) Os regulamentos vigentes forem alterados de acordo com o regime jurídico aqui previsto.»*

Tendo em conta estes aspectos bem como outras normas constantes na referida proposta de Lei, consideramos as seguintes alterações:

1ª – Transcrever para o regulamento aspectos relevantes da Lei, que possibilitem um melhor enquadramento do que está em causa, atendendo ao perfil inovador do diploma: tal como os artigos 1º, nº 3, nº 4, nº 5; o artigo 2º (incidência subjectiva), o artigo 15º, nº 3 e o artigo 16º (caducidade e prescrição);

2º - Incluir novas normativas exigidas pela lei: artigo 3º (incidência objectiva), artigo 6º (taxas, fórmulas de cálculo) por exemplo.

Houve o cuidado de enquadrar as taxas em fórmulas de cálculo que per si constituem fundamentação económico-financeira. A opção no caso dos atestados, resulta da análise do tempo médio de execução dos mesmos – houve que atender ao tempo de atendimento, tempo de registo e tempo de produção.

Nos caniços, e havendo a necessidade de utilizar a taxa de referência, optámos por seguir o que ocorre em diversas juntas, de dar ponderação normal ao registo das classes sem perigo, dobro da taxa de referência de caça e taxa máxima (triplo) aos perigosos e potencialmente perigosos.



A certificação de fotocópias é uma competência atribuída às Freguesias pelo Decreto-Lei nº 28/2000, de 13 de Março. Conforme determina o artigo 2º, do referido Decreto-Lei, as entidades fixam o preço que cobram pelos serviços de certificação que, constituindo sua receita própria, não pode exceder o preço resultante da tabela em vigor nos Cartórios Notariais.

De acordo com o exigido legalmente a partir de Setembro de 2013, compete as freguesias licenciar atividades ruidosas, de caráter temporário: romarias, arraiais, festas populares, bailes, feiras.

Na noção de custos totais necessários para prestar determinados serviços, constante em diversas fórmulas da presente minuta de Regulamento, há que ter em atenção a alínea c) do Artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006:

*«Fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;»*

Nestes termos, para efeitos de cálculo, poderão ser considerados os custos com pessoal, manutenção e limpeza, aquisição e desgaste de equipamento, investimentos, condições físicas do local onde o serviço é prestado, etc., desde que indispensáveis para a realização do serviço, pelo qual a taxa está a ser cobrada.



*WBR*  
*U.U.*

## REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS FREGUESIA DE OURENTÃ

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e j) do n.º 2 do artigo 17.º, conjugada com a alínea b) do n.º 5 do artigo 34.º da Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 Janeiro), e tendo em vista o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 Janeiro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006 de 29 Dezembro), é aprovado o Regulamento e tabela de taxas em vigor na Freguesia de Ourentã

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1.º Objecto

O presente regulamento e tabela anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as actividades da Junta de Freguesia no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.

#### Artigo 2.º Sujeitos

1 – O sujeito activo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação é a Junta de Freguesia.

2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva e outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.

3 – Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram a sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquia Locais.

#### Artigo 3.º Isenções

1 – Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.

2 – O pagamento das taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros.



CAPÍTULO II  
TAXAS  
Artigo 4.º  
Taxas

*Mes Du*  
*uu*

A Junta de Freguesia cobra as seguintes taxas:

- a) Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, e justificação administrativa, certificação de fotocópias e outros documentos;
- b) Licenciamento e registo de canídeos;
- c) Cemitérios;
- d) Cedência de instalações
- e) Outros serviços prestados à comunidade.

Artigo 5.º  
Serviços Administrativos

1 - As taxas a cobrar pelos Serviços Administrativos constam no Anexo I e referem-se aos documentos de interesse particular, nomeadamente, atestados, certidões, declarações, termos de identidade, de justificação administrativa ou quaisquer outros documentos análogos, devem ser requeridos previamente ao presidente da Junta de Freguesia, com a indicação precisa do tipo de documento que é pretendido e qual o fim a que se destina.

2 - Os documentos referidos no número anterior podem também ser requeridos através da Internet no sítio da Junta de Freguesia de Ourentã, <http://www.freguesiadeourenta.eu>, identificando-se correctamente, esclarecendo o tipo de documento pretendido e qual a finalidade.

3 - De todas as taxas cobradas pela autarquia, será emitido recibo próprio.

4 - A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TSA = tme \times vh + ct$$

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial;

ct: Custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc);

5 - Sendo que a taxa a aplicar:

- a) É de 30 min x  $vh + ct$  para as justificações administrativas;
- b) É de 15 min x  $vh + ct$  para os atestados, certidões, declarações e outros documentos com termo lavrado;
- c) É de 20 min x  $vh + ct$  para os atestados, certidões, declarações e outros documentos em impressos próprios;



d) É de 20 min x vh + ct para os restantes documentos.

6 - As taxas a cobrar pela certificação de fotocópias constam do Anexo I e têm por referência os valores estabelecidos no Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado aprovados pelo Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de Janeiro, reduzidas em 50% desse valor.

### Artigo 6.º Licenciamento e Registo de Canídeos

1 - As taxas de registo e licenças de canídeos e gatídeos, constantes do anexo I, são indexadas à taxa N de profilaxia médica, não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal (Portaria n.º 421/2004 de 24 de Abril).

2 - A fórmula de cálculo é a seguinte:

- a) Registo: 25% da taxa N de profilaxia médica; (Taxa=5.00 €)
- b) Licenças em Geral: 100% da taxa N de profilaxia médica;
- c) Licenças da Classe G: o dobro da taxa N de profilaxia médica;
- d) Licenças da Classe H: o triplo da taxa N de profilaxia médica.

3 - São isentos de pagamento da taxa de licença, os cães-guia e de guarda de estabelecimentos do estado, corpos administrativos, organismos de beneficência e de utilidade pública (Categorias C, D e F), bem como os recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos e nos canis municipais de acordo com artigo 7º, da Portaria nº 421/2004, de 24 de Abril.

4 - A instrução dos processos de contra-ordenações e a aplicação das coimas far-se-á de acordo com o estabelecido nos nºs 1 e 2, do artigo 14º, e no nº 1, do artigo 16º, do Decreto-Lei nº 314/2003, de 17 de Dezembro.

### Artigo 7.º Cemitérios

1 - As taxas pagas pela concessão de terreno para sepulturas, constante no anexo I, têm como base de cálculo a seguinte fórmula:

$$TCTC = (a \times b) + d, \text{ onde}$$

TCTC: taxa de concessão de terrenos no cemitério

a: área do terreno (m<sup>2</sup>);

b: custo m<sup>2</sup>, a razão de 225€/m<sup>2</sup>

d: Critério de desincentivo à compra de terrenos, tendo como unidade o m<sup>2</sup>, nos seguintes moldes: TCTC x 2, na antecipação da concessão.

Nesta fórmula está incluído o custo total necessário para a prestação do serviço, que inclui todas as despesas de manutenção anual e outros encargos. O custo dos jazigos (Capelas) tem um custo fixo independente da fórmula anterior.



*Handwritten signature and initials*

Sendo que, de acordo com o Regulamento dos Cemitérios de freguesia, a área ocupada por uma sepultura em campa individual ocupa a área de 2.00 m<sup>2</sup>, um jazigo ocupa 9 m<sup>2</sup>.

2 – As taxas a pagar pelos serviços funerários (Inumações e Trasladações), constantes no Anexo I, são calculadas com base na seguinte fórmula:

$$Tsf = tme \times vh + ct, \text{ sendo:}$$

Tsf: taxa serviços funerários;

Tme: tempo médio de execução;

Vh: Valor hora;

Ct: Custo total necessário á prestação do serviço, incluindo produtos específicos, manutenção de instalações, deslocações etc.

3 - Incide uma taxa de utilização fixa sobre os marmoristas ou equiparados, constante do anexo 1, sempre que efectuem obras de embelezamento na concessão.

### Artigo 8.º Cedência de instalações

1 – As taxas de cedência de instalações, constam do anexo I e têm como base de cálculo o tempo de duração do aluguer.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TCI = tc \times vh + ct$$

TCI: taxa de cedência de instalações

Tc: tempo de cedência das instalações arredondado á unidade, por excesso;

vh: valor hora do funcionário afecto ao serviço;

ct: custo total necessário para a prestação do serviço (inclui electricidade, limpeza e manutenção de instalações etc.)

2 – Os custos por hora serão acrescidos de agravamento nos seguintes períodos:

a) um agravamento de 50% para serviço prestado fora das horas normais de expediente;

b) um agravamento de 100% para serviço prestado aos sábados domingos e feriados;

### Artigo 9º Limpeza de terrenos

A taxa de limpeza de terrenos e edificios privados, que pela sua degradação e sujidade, apresentem riscos para a saúde pública, que consta do anexo I, têm



*Handwritten signatures and initials*

como base de cálculo o valor hora dos funcionários que prestam o serviço e os encargos e desgaste dos veículos de transporte utilizados.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

TLTE:  $v \times n + ct$

TLTE: Taxa de limpeza de terrenos e edifícios;

Vh: valor hora do funcionário tendo em conta o índice da escala salarial e demais encargos inerentes á sua remuneração;

n: número de funcionários que integram a equipa de limpeza;

ct: custo de transporte, incluindo a deslocação de pessoal e o transporte de materiais e resíduos resultantes da limpeza;

### Artigo 10.º Actualização de Valores

1 - A Junta de Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a actualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económico – financeira subjacente ao novo valor.

2 - A Junta de Freguesia pode actualizar o valor das taxas estabelecidas neste Regulamento através do orçamento anual, de acordo com a taxa de inflação.

3 - A alteração dos valores das taxas de acordo com qualquer outro critério que não o referido no número anterior, efectua-se mediante alteração ao presente regulamento, contendo a fundamentação económico-financeiro subjacente ao novo valor.

4 - As taxas da Tabela que resultam de quantitativos fixados por disposição legal, serão actualizados de acordo com os coeficientes legalmente estabelecidos.

### CAPÍTULO III LIQUIDAÇÃO

#### Artigo 11.º Pagamento

1 – A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.

2 – As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.

3 – Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efectuado antes ou no momento da prática de execução do acto ou serviços a que respeitem.





4 – O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta de Freguesia.

*Handwritten signatures and initials*

## Artigo 12.º Pagamento em Prestações

1 – Compete à Junta de Freguesia autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente, comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.

2 – Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

3 – No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.

4 – O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.

5 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

## Artigo 13.º Incumprimento

1 – São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.

2 – A taxa legal (Decreto-Lei n.º 73/99 de 16 Março) de juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fracção se o pagamento se fizer posteriormente.

3 – O não pagamento voluntário das dívidas é objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

## CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 14º Arredondamentos



1 - Consideram-se revogados o regulamento e anterior tabela de taxas em vigor na Freguesia passando a vigorar o presente documento.

2 - Quando venham a ser aprovados e postos em execução regulamentos específicos, para uma ou diversas matérias inscritas neste regulamento e tabelas anexas, passam a vigorar esses dispositivos regulamentares nas partes em que disponham em sentido diferente do aqui estabelecido, considerando-se, portanto, revogados na parte ou partes que contrariarem aqueles.

### Artigo 19.º Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Janeiro de 2022, após a sua publicação em edital a afixar no edifício da sede da Junta de Freguesia.

Aprovado na reunião da Junta de Freguesia de Ourentã de 07 de Dezembro de 2021.

*Carla Pessoa*  
 Dona Cristina GONÇALVES Pires  
 Daniel dos Santos Fantes

Aprovado na sessão da Assembleia de Freguesia de Ourentã de 18 de Dezembro de 2021.

*João Carlos Ribeiro Oliveira*  
 Carla Pessoa  
 JOÃO CARLOS RIBEIRO OLIVEIRA



## ANEXO I

### TABELA DE TAXAS

#### SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atestados, certidões, declarações e outros documentos com termo lavrado; -----	3.50€
Atestados, certidões, declarações e outros documentos em impresso Próprio -----	3.00€
Termos de identidade e de justificação administrativa -----	3.50€
Restantes documentos -----	5.00€
Todos os documentos destinados a fins militares e educativos -----	Isento
Certificação de fotocópias (até 5 folhas) -----	10.00€
Certificação de fotocópias (6ªfolha e seguintes) -----	1.00€/ cada
Licenciamento de ruído-----	20.00€
<i>LICENCIAMENTO E REGISTO DE CANÍDEOS</i>	
Licenciamento de canídeo de categoria A (companhia) -----	5.00€
Licenciamento de canídeo de categoria B (fins económicos) -----	6.00€
Licenciamento de canídeo de categoria E (caça) -----	6.00€
Licenciamento de canídeo de categoria G (potencialmente perigoso) -----	12.50€
Licenciamento de canídeo de categoria H (perigoso) -----	17.50€



Licenciamento de gatídeos de categoria I-----1.50€

*TAXA DE CEDENCIA DE INSTALAÇÕES (por hora):*

Entidades públicas ou privadas e Particulares Individuais:

Durante o horário de expediente -----5,00 €

Pós laboral, durante a semana -----7,50 €

Sábados, Domingos e Feriados -----10,00 €

Aluguer de palco até a um raio de 40KM , transporte, montagem e desmontagem.

Até quatro dias -----1250.00€

Por cada dia a mais -----150.00€

## TABELA DE TAXAS

### CEMITÉRIOS

#### *Obras*

*Taxa de utilização do cemitério* -----25.00€

#### *Inumações – emissão de licença:*

Sepulturas Temporárias e Perpétuas -----20.00€

Sepultura de indigentes -----Isento

Jazigos -----20.00€

#### *Concessão de terrenos*

	<i>por morte</i>	<i>em vida</i>
Covais (para sepultura perpetua 2.00 m2)-----	500.00€-----/-----	2000.00€

(Jazigos capelas)-----	2500€-----/-----	5000€
------------------------	------------------	-------

#### *Outros serviços prestados pela autarquia*



Empedramento de cova 2.00 m2-----350.00€

Averbamentos em Alvará -----10€

**Abertura e fecho de cova**

Local virgem-----200.00€

Local não vigem-----140.00€

*Taxa de Limpeza de Terrenos e Edifícios (por hora):*

Equipa de Limpeza (Um veiculo e um funcionários) -----50,00 €

Feiras e mercados

Por terrado com cartão de feirante (dia) ----- 5.00€

Pagamento antecipado e anual desconto de 50%